

NOSSA SENHORA DOS GUARARAPES OU QUANDO UM PORTUGUÊS FAZ UM ROMANCE HISTÓRICO BRASILEIRO

NOSSA SENHORA DOS GUARARAPES OR WHEN A PORTUGUESE WRITES A BRAZILIAN HISTORICAL NOVEL

Maria Aparecida Ribeiro¹

Resumo: Em 1847, foi publicado em Recife (Pernambuco) o romance *Nossa Senhora dos Guararapes*, escrito por um português, partidário de D. Miguel, que, por essa razão, havia partido para o Brasil. Como o subtítulo do romance informa que se trata de um texto histórico, descritivo, moral e crítico, pretende este artigo examinar esses aspectos, bem como dois outros: a história de amor nele inserida, o que é feito diferentemente dos romances históricos europeus, e a nacionalidade dos narradores, uma vez que a parte histórica versa sobre a invasão do Brasil (à época colônia de Portugal) pela Holanda.

Palavras-chave: Romance histórico. Romance descritivo. Romance moral. Romance amoroso. Nacionalidade do narrador.

Abstract: In 1847, the novel *Nossa Senhora dos Guararapes* was published in Recife (Pernambuco), written by a Portuguese, a political supporter of D. Miguel who, for that reason, had left for Brazil. As the subtitle of the novel informs that it is a historical, descriptive, moral and critical text, this paper intends to examine these aspects, as well as two others: the love story inserted in it, which is done differently from European historical novels, and the nationality of the narrators, since the historical part deals with the invasion of Brazil (at the time a colony of Portugal) by the Netherlands.

Keywords: Historical novel. Descriptive novel. Moral novel. Love novel. Narrator's nationality.

Introdução

Bem antes de vir a lume *O Guarani* (1857) – que José de Alencar chamou romance histórico –, já em Pernambuco, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro publicava, no Recife, em 1847, pela Tipografia de M. F. Faria, o seu *Nossa Senhora dos Guararapes*. Romance histórico, descritivo, moral e crítico. Considerado o primeiro romance pernambucano, importa saber aqui quem foi esse autor e o porquê desses subtítulos.

1 O autor

Nascido, segundo seu registro de batismo (14/12/1809) (Livro de Baptizados, Recebimentos e Defuntos da Freguesia de Nogueira do Cravo, Arquivo da UC, fl.18), no ano de 1809, em Portugal, na vila de Nogueira do Cravo, no Conselho de Oliveira do Hospital, Distrito de Coimbra, era filho de Alexandre Nunes de Campos e de Rita Figueiredo. Seus nomes devem-se aos avós maternos — Francisco de Abranches Freire de Figueiredo Abreu e

¹ Doutora em Letras pela UFRJ. Professora com Agregação, aposentada da Universidade de Coimbra. Membro integrado do Centro de Literatura Portuguesa, Membro colaborador do CLEPUL e do CIEC.

Castro e Josefa Maria de Abreu e Castro, da Casa da Torre de Nogueira do Cravo. Abreu e Castro matriculou-se, em 1829, no primeiro ano do curso de Direito da Universidade de Coimbra, morando na Rua de São Jerônimo, nº 8. No entanto, cursou-o apenas até o segundo ano, quando morou na Rua do Cotovelo, nº 403, pois, partidário de D. Miguel, e publicando artigos no jornal *Portugal Velho*², a favor do absolutismo, acabou por ter de buscar, em 1839, o exílio no Brasil, mais precisamente no Recife, onde foi professor do 1º ano de História e professor substituto das cadeiras de Língua Latina e Geografia, no Colégio Pernambucano, e onde publicou, pela Tipografia de Santos e Companhia, em 1841, a *História Sagrada ou Resumo Histórico do Antigo Testamento*, livro dedicado ao Sr. José Soares de Azevedo, diretor daquele Colégio, e que anuncia também, “para entrar no prelo”, a *Resumida Notícia da História da Língua e Literatura Portuguesa*. Em 1844, porém, a Assembleia Provincial propõe a expulsão de todos os portugueses solteiros. Perseguidos os portugueses, Bernardino escreve, em 13 de julho de 1848, ao Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, dizendo de seus conhecimentos sobre o cultivo da cana-de-açúcar e sua destilação, obtendo, então, licença para, junto com seus companheiros (180), ir para Angola, onde funda Moçâmedes (cf. VICENTE, 1969, p. 27-28).

Enquanto viveu em Portugal, Abreu e Castro presenciou o nascimento do Romantismo e, nele, do romance histórico, que segue a linha nacionalista tão ao gosto de Oitocentos.

Embora tenha surgido em Portugal somente na década de 40, com cerca de trinta anos de atraso com relação à restante Europa (o que foi consequência de condições políticas como a persistência da monarquia absoluta até 1820, a guerra civil e o exílio de intelectuais na França e na Inglaterra), esse tipo de literatura encontrou cultores como, por exemplo, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Arnaldo Gama, Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas.

Na revista *O Panorama*, Alexandre Herculano chega mesmo a escrever:

Novela, história, qual destas duas cousas é mais verdadeira? Nenhuma, se o afirmarmos absolutamente de qualquer delas. Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as crônicas desenharam esse caráter com pincel firme, o noveleiro pode ser mais verídico que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo que passou pelo gênio do povo que passa. Então de um dito, ou de muitos ditos ele deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos à lembrança positiva, não traduzidos, até materialmente; de um fato, ou de muitos fatos deduz um afeto ou muitos afetos, que se não revelaram. Esta é a história íntima dos homens que já não são: esta é a novela do passado. Quem sabe fazer isso chama-se Scott, Hugo, ou De Vigny, e vale mais, e

² O jornal *Portugal Velho* começou a ser publicado em 1838, tendo como redator principal Albino de Abranches Freire e Figueiredo.

conta mais verdades, que boa meia-dúzia de historiadores. (HERCULANO, 1840, p. 243).

Por vezes, os escritores oitocentistas, muitos deles também historiadores, como é o caso de Herculano, pretendiam aliar a descrição de fatos históricos e facilmente identificáveis, com enredos amorosos, que empolgariam o leitor. No entanto, como observa Maria de Fátima Marinho,

as personagens femininas destes romances são, em geral, passivas e condicionadas pela atuação dos seus parceiros masculinos. Estes, porque, em Herculano, não possuem o moderado carácter scottiano, prefiguram o maldito herói, típico do Romantismo, cujas características concorrem inexoravelmente para um trágico fim. Em *Eurico, o Presbítero* e em *O Monge de Cister*, Eurico e Vasco, respetivamente, encarnam o tópico do monge maldito, tão querido desde o romance gótico anglo-saxão. Não devemos esquecer que a primeira obra foi escrita como um libelo contra o celibato religioso, utilizando apenas o século VIII como pano de fundo, mas ignorando-o como prova fidedigna de reconstituição histórica. Aliás, o erro histórico em que Herculano cai, os padres no século VIII eram casados, revela-se pouco importante para os desígnios superiores que o movem: a defesa do celibato religioso, de acordo com os ideais oitocentistas. Como vemos, por esta brevíssima abordagem, o romance histórico de Herculano esquece, frequentemente, a História, para só a usar de modo superficial, conferindo às suas personagens uma fatalidade esmagadora, que as faz caminhar para uma morte angustiada e violenta. Não são os movimentos sociais ou as crises sociopolíticas que interessam, os condicionantes históricos são meros acidentes na vida desses heróis que correm vertiginosamente para um abismo que nunca tentam evitar. Garrett, a outra figura de proa do Romantismo português, também se aventurou pela narrativa histórica, com *O Arco de Santana*, afirmando expressamente no prólogo que a reconstrução do passado poderá ter como prioritária função uma especular reduplicação do presente. Ao lembrar um episódio do tempo de D. Pedro I, onde se convocam a tradicional justiça do rei e os desejos lúbricos do bispo do Porto, Garrett aproveita para sugerir caminhos para a atuação do governo liberal. Tal como acontecia com Herculano, são visíveis no romance uma série de ingredientes próprios do Romantismo, incluindo os espetaculares reconhecimentos de que Camilo Castelo Branco irá usar e abusar em romances históricos e não históricos (MARINHO, 1999, p. 20).

2 O romance *Nossa Senhora dos Guararapes*

Publicado em dois volumes em Pernambuco, na Tipografia de M.F. Faria, por B. F. F. Abreu e Castro, em 1847, *Nossa Senhora dos Guararapes* foi comentado, em 1848, por Antônio Pedro de Figueiredo, na revista *O Progresso*, e teve uma segunda edição, fac-similada, num volume único, em 1980, pela Fundação de Cultura Cidade do Recife. Inicia-se o texto por um narrador (chamá-lo-emos Narrador 1), às vezes intradieético, às vezes não, que, por ter dormido mal depois de uma reunião (para ele motivo de crítica de costumes como também o são os bailes e outros momentos de sociabilidade, de onde o moral e crítico do subtítulo), resolve ir de Recife a Olinda. Deambulando por essa cidade, vai descrevendo os lugares por onde passa (donde o descritivo do subtítulo), ao mesmo tempo

que tece uma série de comentários sobre a realidade passada e a realidade de então, sempre lamentando os costumes. Em Olinda, ao visitar a Sé, vê uma moça que lhe causa interesse, não só por sua beleza e contrição, mas também por sua melancolia. Procura conhecê-la mais de perto, o que lhe é facilitado por um amigo, que o leva à casa onde ela mora. Efigênia, este o nome dela, mostra-se, porém, sempre melancólica e confessa amar Eduardo, que a desonrou quando tinha treze anos. Por um acaso, o Narrador vem a conhecer Eduardo, que está desesperado, pelo fato de seu pai o querer casar com moça rica e de boa família, contra sua vontade, uma vez que ele continua a amar Efigênia. Num encontro entre o pai de Eduardo e o pai de Efigênia, o Narrador-personagem, Narrador 1, obtém do pai do rapaz a anuência para o casamento de ambos (aí a história de amor, que não entra no subtítulo) .

Ocorre, porém, que, para justificar o fato de escrever um romance histórico, o Narrador 1, nas descrições dos lugares que visita ou vê, passa a palavra a alguém que faz referência a fatos e personagens ligadas ao domínio holandês e à reconquista de Pernambuco. É o caso de um velho, homem misterioso que ele encontra, sentado à sombra de uma mangueira, ao sair da igreja de N. Sra. dos Prazeres, nos Guararapes, a que chamaremos Narrador Misterioso (aliás, o Narrador 1 o denomina “homem misterioso”), que conta a guerra contra os holandeses. Também os religiosos das igrejas visitadas pelo Narrador 1, assim como, de certa forma, as inscrições que encontra em túmulos, assumem, por vezes, o papel de narradores.

2.1 O Histórico

Como chama a atenção Maria de Fátima Marinho, a

interligação entre diegese e História salda-se, frequentemente, pela inclusão de dados rigorosamente históricos no meio da intriga. [...] Essa característica poder-se-á até considerar indispensável para a existência do romance histórico, uma vez que permanece para além das produções tradicionais do género. [...] Reconstruindo assim uma época através dos seus fragmentos textualizados, os autores vão-se movimentando entre personagens referenciais e personagens inventadas, dando primazia a umas e outras consoante as suas convicções (MARINHO, 1999, p. 20).

Diferentemente da generalidade dos romances históricos, em que a História entra como um elemento do presente, *Nossa Senhora dos Guararapes* apresenta a luta contra os holandeses como um fato do passado (embora com algumas falas das personagens no presente, para tornar mais viva a narração³), contado, como se disse acima, pelo Narrador

³ Algumas vezes, essas falas adquirem, como nos poemas épicos, o caráter de vaticínio. É o caso dessa que apresentamos e na qual o Narrador Misterioso clama por Matias de Albuquerque. Ele a completa dizendo a Matias de Albuquerque: “Sofrerás mil traições d’esses que hás de julgar companheiros! Escaparás ileso, e

Misterioso. Se não, vejamos: quando o Narrador 1 encontra-se com o Narrador Misterioso, próximo ao templo de N. Sra. dos Prazeres, este lhe diz ter sido ali que o “General D. Francisco Barreto de Menezes fez solene voto de erigir” aquela igreja (CASTRO, 1980, v. 1, p. 78), e começa a narrar⁴:

Sabia o General por suas espias que os Holandeses o vinham atacar no dia seguinte 19 d’Abril de 1648, em Domingo da Pascoela, vespóra do dia em que a Igreja celebra a festividade de N. S. dos Prazeres. Bem conhecia aquele habil soldado, quanto era desiguaes as suas forças, mal armadas, mal municiaadas, para aceitar batalha ao inimigo, que arrogante com quadruplicado numero, e de tudo bem provido, vinha procurar o aniquilamento do único baluarte da fidelidade — a força ali reunida.

Saiu pois do abarracamento às 11 horas da noute, e veiu para este outeiro acompanhado do hábil e intrépido João Fernandes Vieira, do constante, prestimoso e valente cabo de guerra, Andre Vidal de Negreiros, a fim de em todo o segredo praticar com eles, e decidirem si deviam aceitar a acção e retirar-se.

E chegados que foram a este logar, assim fala D. Francisco:

“Fieis e intrépidos companheiros da constancia e da lealdade! sabeis, como eu, da nossa situação. Conheceis nosso estado e o do inimigo, com que nos mediremos amanhã. Si atendermos ao numero e aos recursos, parece que a prudência nos aconselha a retirada: si as consequências, que arrisquemos ao combate. Pois que animo não ganhariam os infiéis, vendo que lhes voltamos o rosto? Quem lhes poderá mais fazer frente?

Si fora só por mim não hesitaria um momento em me arriscar, preferindo a morte à desonra; mas por minha infelicidade, sou o responsavel pela vida de todos os que nos acompanham. Quero porem declarar-lhes que me lembro nestes logares de erigir um Templo a VIRGEM N. SENHORA DOS PRAZERES, si Ella por sua poderosissima intercessão nos alcançar do Senhor das Victorias mais esta.

Uma voz interior, uma força irresistível me aconselham que empenhemos a batalha, que a VIRGEM será comnosco, e ficaremos vencedores”

Um grande estrondo surpreende os três bravos guerreiros, que ao ouvil-o se julgam atacados [...]. Com os cabellos hirtos e transidos de susto, fixam suas vistas no novo astro que lhes aparece, e distintamente ouvem uma voz que diz:

D. Francisco! A protecção com que contas, te será outorgada. Combate e vencerás.

E o brilhante mensageiro se confunde no firmamento, e deixa como encantados os três esforçados Generaes. Foi D. Francisco que ajoelhando, rompeu o silencio com este *solemne* voto.

Virgem Senhora dos Prazeres! ouvi o vosso indigno servo, o qual, grato à vossa protecção, elevará sob a altura, em que primeiro diviso a Estrella misteriosa, um Templo, dedicado ao vosso culto — monumento que ateste às futuras edades, que a Victoria dos Guararapes foi devida ao vosso auxílio, que é poderosissimo para quem do coração o invoca, como eu o invoquei!

No dia seguinte foi a batalha, cujo resultado não lhe é desconhecido. Satisfiz a sua curiosidade; adeos. (CASTRO, 1980, v. 1, p. 78-80).

Satisfazendo ainda a curiosidade do Narrador 1, o Narrador Misterioso passa, então, noutra momento, a falar das razões da Holanda se haver assenhorado do Brasil, então colônia portuguesa. E não deixa de tecer críticas aos Felipes (II e III) de Espanha (respectivamente I e II de Portugal) e aos espanhóis enviados para a defesa da terra brasileira. Veja-se, por

ouvirás as façanhas dos teus discípulos, para quem é reservada toda a gloria! Será notado de remisso e descuidado, porque te vens entregar a festas, em vez de cuidares da defesa, e da organização e disciplina!” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 87).

⁴ Manteremos a grafia original, uma vez que a edição citada é fac-similada. Caso contrário, haveria desencontro no número de página.

exemplo, esse trecho: “Comandava este reforço o Conde de Bagnuolo, que não vinha defender o que era seu, nem da sua Pátria, mas que era tão intruso como o batavo” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 89).

Alternando o presente histórico e o futuro, este como um recurso discursivo, o Narrador Misterioso parece revelar-se português: “Em todo o resto de 1630 nenhuma vantagem colheu o Hollandez, porquanto ja a desenvolvida valentia dos nossos⁵ o desenganou de que a guerra era a mais árdua de que a principio lhe pareceu, e por certo que perderia o animo, e seria vencido por poucos, mas Portuguezes, si a noticia não chega a Madrid” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 88-89).

Português será também Matias de Albuquerque, apesar de nascido em Pernambuco:

Onde vens, Mathias de Albuquerque! que queres fazer! Inuteis são por agora teus esforços! Retira-te! É mister que a Mãe Pátria seja desagrilhoada, para que o possam ser os seus filhos! [...] Não reconquistarás a um usurpador, para entregares a outro, o bello Pernambuco: não. [...] O sangue que corria nas veias deste ínclito cavaleiro, as façanhas que de seus avós havia herdado, o nome, o apelido, o amor da Pátria, não o deixavam acobardar de todo (CASTRO, 1980, v. 1, p. 88).

Veja-se que, no trecho acima transcrito, a Mãe-Pátria a ser libertada é Portugal. Tal se justifica porque o Brasil era, então, colônia de Portugal. Assim é que Calabar é considerado português. Veja-se: “Um mulato nascido em Pernambuco, e chamado Domingos Fernandes Calabar, que militava entre os nossos, passou-se para o inimigo, o qual arteiro lhe deu bom agasalho, com o qual atraiu *outros dos nacionais*” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 88, grifo nosso). Também assim é que o Narrador Misterioso registra: “[...] mas Mathias de Albuquerque com trezentos e cincoenta lhe ofereceu tal resistência, que, estendendo no campo Reimbach com mais quatrocentos dos seus, teria dado conta de todos, si o conde Bagnuolo não reprimisse o marcial ardor dos Lusitanos” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 92).

O fato de a história focar a luta de brasileiros nascidos na colônia (portugueses, portanto) lutarem ao lado de portugueses natos dá origem a uma certa confusão para o leitor, pois ora “os nossos” nomeados pelo Narrador Misterioso são homens nascidos no Brasil e em Portugal (ora apenas homens nascidos em Portugal, ora apenas homens nascidos no Brasil), sendo a mãe-Pátria sempre Portugal. Dessa forma, até negros e índios, por lutarem ao lado dos portugueses, a favor da Colônia e de Portugal, contra os holandeses, são tratados como “nossos”: “As represálias dos nossos, mormente de Filipe Camarão e Henrique Dias, que

⁵ Fica difícil identificar a nacionalidade do Narrador Misterioso, porque, como lutavam, contra o holandês, homens nascidos no Brasil e homens nascidos em Portugal, a palavra “nossos” refere-se aos que combatiam o jugo de Holanda. Veja-se ainda que, na transcrição anterior, ele diz “seria vencido por poucos, mas Portuguezes”, englobando aí homens nascidos no Brasil e em Portugal.

devastam a província e escoltam as famílias que fogem ao flagelo do malvado batavo, augmentam os estragos” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 97-98). Ou, então, referindo-se à deserção de Bagnuolo, o general espanhol enviado por Filipe IV de Espanha e III de Portugal para defender a Colônia, engloba portugueses natos e brasileiros natos num mesmo grupo: “Seguiu o exército português os passos do seu General, depois do que ocuparam os Holandezes por capitulação a cidadela de Porto Calvo, que heroicamente resistiu três semanas” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 98). Às vezes, porém, diz: “De balde os Chefes Brasileiros” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 99), talvez para distinguir Henrique Dias e Filipe Camarão, apesar de formarem um exército português.

Diferentemente do que acontece com os romances históricos portugueses oitocentistas, exatamente por falar da luta contra o domínio holandês como o de um tempo passado, Abreu e Castro não inventa personagens não-históricas fazendo-as conviver com as históricas, o que o levaria a construir anacronismos, para os quais chama a atenção Maria de Fátima Marinho (1999, p. 305).

Por outro lado, o afastamento entre tempo da enunciação e o tempo da história, apontado por muitos teóricos como elemento-chave na definição de romance histórico e que permite uma perspectiva crítica do passado (cf. MARINHO, 1999, p. 11), fica bem nítido em *Nossa Senhora dos Guararapes*. Um dado importante nesse romance, aliás, é que a distância temporal não leva à Idade Média propriamente dita, tempo de formação das nações europeias⁶, mas ao momento em que Portugal está sob domínio de Castela, que não o auxilia a libertar o Brasil do domínio holandês, lutando o Brasil-Colônia (parte de Portugal portanto) ao lado do colonizador, contra a Holanda. Seria esse momento do Século XVII a Idade Média brasileira (veja-se que é esse o século escolhido por Alencar para discorrer sobre o nascimento do primeiro brasileiro, em *Iracema*⁷ e talvez ainda nesse que Ceci e Peri dão início à prometida nova geração referida na lenda de Tamandaré contada pelo índio à filha de D. Antônio de Mariz e retomada, numa espécie de *mise-en-abime*, na cena final de *O Guarani*, passado nos finais do século XVI e classificado por seu autor como romance histórico).

Nos romances históricos oitocentistas, como observa Maria de Fátima Marinho,

⁶ Os romances de Herculano têm como cenário a Idade Média, início temporal da nacionalidade, procurando três momentos-chave da sua legitimação: a invasão árabe, em 711, e o início da reconquista cristã (*Eurico, o Presbítero*, 1844); os tempos de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal (*O Bobo*, 1843, em *O Panorama*; em livro, 1871); a batalha de Aljubarrota e definitiva demonstração da soberania nacional (*O Monge de Cister*, 1848). O mesmo se passa com os outros autores coevos, que escolhem sempre pretextos históricos facilmente identificáveis, na mira de ensinar aos leitores as referências da história e da tradição (MARINHO, s.d., p. 17).

⁷ Onde é mencionado que Poti luta contra os holandeses e é batizado com o nome de Antônio Felipe Camarão.

não são raras as descrições da toponímia das cidades medievais, das vestes usadas por cada uma das raças em confronto, dos hábitos regulamentados e pessoais, da gastronomia e, até, da linguagem, como anota Walter Scott, no início de *Ivanhoe* (1819), ao apresentar um diálogo entre dois populares, que falariam anglo-saxão, e cujo diálogo ele teria traduzido para o inglês moderno [...]. A cor local parece perfeita e as personagens totalmente inseridas no tempo e lugar evocados. Há, contudo, uma limitação observável por qualquer leitor mais atento ou mais preparado na análise de atitudes e comportamentos: os ambientes são do passado, os lugares também, mas as personagens, sobretudo as inventadas, isto é, as que não tiveram uma existência documentada num outro tempo, são estruturalmente românticas. Elas atuam, amam, pensam como seres do século XIX e criam um desfazamento entre elas e o cenário em que se movimentam. Esta anacronia fragiliza a veracidade do narrado e coloca o romance histórico oitocentista sob o signo de uma ficcionalidade híbrida, jogando com as características da ficção romanesca e de um certo rigor histórico. E a verdade é que os pormenores referenciais são menos interessantes do que o desenrolar de uma diegese tipicamente romântica, que, por vezes, soa a falso sob as excessivas roupagens da História. (MARINHO, 1999, p. 20).

Outro aspecto importante se pode observar com relação à personagem feminina. Se esta, ainda que totalmente fictícia, participa dos romances de Herculano e de Scott, deixa de existir no texto de Abreu e Castro, quando o Narrador Misterioso conta ao Narrador 1 a luta contra os Holandeses, isto é, quando a narração focaliza o aspecto histórico. É verdade que ela existe, sim, como se verá adiante (e já foi assinalado em 3.) mas não participa do momento histórico.

2.2 O Descritivo

Em *Nossa Senhora dos Guararapes*, a reconstituição do ambiente, “fenômeno sem o qual é praticamente impossível pensar o romance histórico, tal como o Romantismo o concebia” (MARINHO, 1992, p. 104) e de que Jean Molino (1975, p. 215) dá como primeiro tópico a localização espaço-temporal, só se faz presente, no que o romance tem de histórico, através da menção às datas: das guerras contra os holandeses em Pernambuco e na Bahia; e da Restauração.

Só existe a descrição do espaço no tempo presente, isto é, quando o Narrador 1, narrador-personagem, anda por Olinda. Nesses momentos, faz ele próprio a descrição ou ela se realiza pela boca de um padre.

Ao chegar àquela cidade, diz ver

[...] o rio Biberibe que, escondendo-se por entre verdes mangues, e apenas por um pequeno isthmo, onde se acham colocadas duas fortalezas, dividido do majestoso Atlântico, mistura as suas doces águas com as salsas d’este mar entradas pela barra, e com as de seu irmão o velho Capibaribe, que de longa viagem o vem cumprimentar [...] A Sé, [...] um templo um pouco melhor do que me fez conceber sua acanhada fachada, suposta a sua falta de pé direito, chamou a minha atenção. Suas naves me recordaram, pela similhaça, as do enérgico gothico da meia idade. Suas cornijas singelas, seus altares lateraes e suas capellas, ainda que tudo mal

conservado, m pareceram bem dispostas, e formando, sinão um sumptuoso templo, ao menos bem ordenado, e se pouco admirável para uma catedral, todavia azado para uma matriz (CASTRO, 1980, v. 1, p. 11-12).

Na Sé, um cônego explica ao Narrador 1, agora também personagem, a origem do templo. Além disso, há outras descrições e mesmo transcrições, como as dos dizeres das tampas dos carneiros, como, por exemplo, a do de D. Matias de Figueiredo e Melo, Bispo de Olinda e as de outros bispos. Tais inscrições, escritas em Latim e traduzidas pelo Narrador-personagem em Português, valem elas próprias, como se disse anteriormente, por narradores.

Tendo pernoitado em Olinda, o narrador-personagem visita ainda o Convento do Carmo e Mosteiro de São Bento. Aí começam não só outras descrições como também críticas:

Contiguo ao mar eleva-se um pequeno outeiro, sobre o qual se observam as ruínas d'um edificio, sinão de sublime, ao menos agradável architectura. É o Convento do Carmo.

A piedade dos passados consagrou tão linda situação à veneração da Virgem... a frieza dos presentes nem ainda soube conserva-la! ...Oh! como esta nação nova apresenta os vícios d'uma ja usada e velha!...

O convento ermo e derrocando-se, faz recordar as reliquias d'uma cidade assolada por uma invasão!... Contristou-me um tal espectáculo; e muito mais, quando d'uma das janelas do convento observei atentamente os encantos da localidade...

Olha esta janela para o edificio e igreja da Misericórdia, que misericórdia pede, aliás desaba! [...] Merecia este monumento mais respeito pelas suas venerandas cãs...

Mas outras sam as ideas actuaes!...Como não tem valor intrínseco, nenhum se lhe dá ao moral!... (CASTRO, 1980, v. 1, p. 25-26).

Como acontecerá em outras ocasiões do romance, examinadas abaixo, o narrador-personagem encontra um amigo (agora homem formado na Academia de Olinda e nela empregado) que reforçará as críticas por ele feitas: é o caso deste momento de contemplação do Convento do Carmo: o amigo observa que, se a própria Santa Casa da Misericórdia está num “lastimoso estado”, aquele “mesquinho resto histórico” não poderá alcançar do “hodierno indiferentismo” “honras de conservação” (CASTRO, 1980, v.1, p. 26-27).

No Mosteiro de São Bento, um monge lhe apresenta o templo e explica, para seu espanto e indignação, que ali funciona a Academia Jurídica, local que visita e sobre o qual faz observações críticas de que também participa o monge, como se comentará a seguir. Percorre não só o interior do templo como a livraria, que é “grande, alegre e de lindas vistas, ainda com bastantes volumes; mas arruinados pela traça, e muitas obras truncadas” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 33). É nesse Mosteiro que uma placa lhe chama a atenção, pois anuncia a celebração de missa pela alma do donatário da capela de Nossa Senhora dos Prazeres, fazendo-o decidir-se ir até lá.

No descritivo existente em *Nossa Senhora dos Guararapes* é de notar o olhar deslumbrado e “estrangeiro” do Narrador-personagem (o que reforça a marca de sua nacionalidade de que se vem tratando). É um olhar muito semelhante ao que, vindo desde a Carta de Achamento, se faz presente em poemas produzidos durante o Barroco brasileiro, como o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, ou “A Ilha da Maré”, de Manuel Botelho de Oliveira, ou ainda “Descrição da Ilha de Itaparica”, apensa ao poema *Eustáquidos*, de Frei Manuel Maria, natural daquela ilha baiana. Diz o Narrador 1 de *Nossa Senhora dos Guararapes*, ao descrever a paisagem encimada pela Sé:

um bosque de vários arbustos e variadas árvores, entre as quais brilha a jaqueira, cujos fructos, brotados do tronco, sam uma das maravilhas do reino vegetal. a soberba mangueira sempre verde, sempre copada, o fructo da qual por sua formosura, por seu aroma, por seu delicado sabor, si não foi o pomo da discórdia, não lhe é inferior (CASTRO, 1980, v. 1, p. 27).

Esse olhar se repete quando o Narrador 1 visita a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (Guararapes):

A serra é vestida de mato, e variadas árvores, onde sam mui comuns o cajueiro, os duplicados fructos do qual, o caju e a castanha, sam bem mimosos e saudáveis: a Pitombeira que produz ramos apinhados de pitombas, as quaes, sob uma grossa crusta, tem agarrada ao caroço, uma fina massa bem agradável ao paladar: e a Mangabeira, que por seu fructo, semelhante ao damasco, e de excelente gosto, é bem digna de ocupar um lugar distinto no pomar das mais bem escolhidas fructeiras. (CASTRO, 1980, v. 1, p. 64).

2.3 O Moral e Crítico

O fato de a Academia Jurídica funcionar no Mosteiro de São Bento, em Olinda, e de haver balbúrdia nos exames que ali se realizam também fazem parte do aspecto crítico apontado no subtítulo do romance. Dá continuidade a esse aspecto, associando-o ao moral, o fato de o monge dizer ao narrador-personagem que não se espante com o descuido em que se encontram os edificios consagrados ao culto, porque “Chegaram os tempos anunciados por Bossuet: só se cuida de negócios e prazeres” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 34).

Embora também ligado ao descritivo, mas já com um caráter moral, são os momentos em que o Narrador 1 conta das reuniões e festas de que participa. Sua ida a Olinda foi justamente para desenfasiar-se de uma festa, realizada “nos fins do anno de 1846”, onde se encontrou com “pessoas cultivadas” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 3), mas que durante todo o tempo trataram de política e que, embora de sentires diferentes, chegavam aos mesmos resultados. Todos empregavam “*palavrões*” como “*felicidade dos povos, garantias sociaes, igualdade, liberdade, direitos imprescritiveis, dignidade do homem, egoísmo, mandões*,”

segurança, inviolabilidade, honra, dever, patriotismo, constitucionalidade” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 4).

No capítulo “O Baile”, quando o narrador-personagem comparece a uma festa, na esperança de encontrar-se com a menina que vira na Sé de Olinda, ficam bem patentes os aspectos descritivos e críticos do romance. Diz ele:

Cortejando as senhoras que conhecia, incetei conversação com uma, e como me sentei para isso no meio d’ellas, ahi observei como criticavam D. Fulana, cujo vestido era de cassa antiga, e não estava na moda: D. Cicrana, porque não trajava com elegância, e mal lhe assentava o vestido de lapim furta cores: D. Beltrana que vinha com ar risonho, porque allí via presente o objecto de suas atenções: D. Pespegada que tinha tido seus arrufos com um cavalheiro que allí se achava e parecia fazer a corte a uma moça d’olhos fagueiros. Olha, dizia outra, olha a velha gaiteira como vem *puchada*: hoje não escapará peixinho que ha aqui muito melhores anzóis. (CASTRO, 1980, v. 1, p. 41) .

Se com o Narrador 1, narrador-personagem, ficam os registros, o descritivo, com o amigo que encontra nessa festa, ficam as críticas:

A estas reuniões denomino eu bailo-mania: investiram-nos as modas francesas, e abraçamos o inimigo sem conciliação. Reina a preguiça, nada de especulações vantajosa e lícitas, nada de industria, e tudo empobrecendo: mas a bailo-mania prossegue no seu auge: bailes e mais bailes. [...] quando a mão da Providência descarrega sobre nós o flagelo da seca — quando o commercio está em grandes apuros, e muitos negociantes quebrando e fazendo ponto, e outros muito próximos a isso, — quando tanta gente retirada dos sertões para a costa, está a morrer de fome, é rematada loucura, por que não lhe chamar maldade, haverem divertimentos de tanto dispêndio (CASTRO, 1980, v. 1, p. 43).

A essa crítica, o amigo ainda acrescenta que nem todos podem com as despesas e, por isso, nas lojas, ourivesarias, sapateiros, alfaiates e modistas está tudo na coluna do “deve” (Cf. CASTRO, 1980, v. 1, p. 43).

A descrição dos costumes volta a aparecer quando o Narrador 1, visita a Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres (Guararapes) e se depara com um grupo de romeiros, entre os quais, homens e mulheres campeava a mesma maledicência que ele havia presenciado no baile. Além disso, o Narrador 1 também observa o comportamento do grupo dentro do templo: revoltam-no a “irregiosilidade, e até má-criação com que muitos procederam” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 119).

Um outro momento em que se observa o crítico — e aí parece querer Abreu e Castro imprimir a seu romance um carácter de Idade Média⁸, ao utilizar a palavra gótico — é quando o Narrador Misterioso diz ao Narrador personagem:

Julgava não haver hoje que se encommo-dasse a observar logares que recordam acções dos tempos gothicos, dos *seculos da ignorancia*, em que os homens eram uns *barbaros*, uns *viz escravos*, que não conheciam os seus *inauferíveis direitos*; uns *fanáticos* que acreditavam em *Santos* e em *protecções sobrenaturaes*. Agora todos sabem gastar melhor o seu tempo: bailes, jogo, namoro, diversões inocentes: lucro, commodo, imperio sobre tudo, gritando igualdade, guerra de morte a quem se oppoe a suas vontades soberanissimas, que se mantem por embustes e tramas e caballas e roubos e assassínios e profanações — *emancipação da razão escravizada*, sam os objectos que os ilustrados pensamentos trazem na ordem do dia (CASTRO, 1980, v. 1, p. 76-77).

Embora sem ocupar uma extensão muito longa na exposição do Narrador 1, o trato com os escravos, a quem os senhores de engenho até tiram a vida, é classificado como “quasi” selvagem e sobre ele tecidas considerações de ordem moral. (cf. CASTRO, 1980, v. 2, p. 5). Além disso, esse narrador também registra como se faz o cultivo da cana-de-açúcar, criticando-o, por não fazerem uso do arado, mas cala-se pela resposta que lhe dá o senhor do engenho do Cabo, em casa de quem esteve hospedado por uma noite e onde se surpreendeu com a cultura musical das senhoras.

2.4 O Amor (que não figura no subtítulo, mas existe)

Como se disse no resumo da obra feito na seção 2, Abreu e Castro não deixa de lado o ingrediente amor em seu romance. No entanto, diferentemente dos autores portugueses como Herculano, a história de amor não se mistura com os acontecimentos históricos. Estes situam-se no passado e dizem respeito à batalha contra os holandeses, sendo narrados, em sua maior parte, pelo Narrador Misterioso, que o Narrador 1 ouve, assumindo, então, uma postura extradiegética, como a que, durante todo o romance, é a do próprio Narrador Misterioso. A história de amor ocorre no presente (ou num passado recente, quando narrada por Efigênia ou por Eduardo). Dela participa o Narrador 1, então transformado em personagem. Depois de ter visto Efigênia, a menina da Sé, procura conhecê-la melhor e encontra um amigo que lhe promete levá-lo à casa da moça. Aí, conversando com o pai dela, fica a saber que o aflige a tristeza da filha e que desconhece as razões de tal sentimento. Dialogando com a menina,

⁸ Num outro passo do texto, acontece algo semelhante: o Narrador 1, ao descrever a Ermida de Nossa Senhora dos Guararapes e a registrar o seu “bom estado”, diz: “os altares lateraes sam da mesa escultura que é o altar mór: é a da idade média” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 68). E, noutro ainda, falando da Sé: “Suas naves me recordaram, pela similhaça, as do enérgico gosto gothico da meia idade” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 12).

obtém dela confiança e fica a saber que, aos doze anos, perdeu sua virgindade com Eduardo, por quem continua apaixonada, mas que ele está prometido para casar com outra, mais rica.

Na ida a Ermida de N. Sra. dos Prazeres (Guararapes), o Narrador-personagem encontra um rapaz a quem convida para o acompanhar e que, em conversa, revela história bastante semelhante a que lhe contara Efigênia. Ao chegarem à Ermida, o monge, que conhece o rapaz, chama-o pelo nome: Eduardo. Isso leva o narrador-personagem a pensar ser ele o amado de Efigênia, fato de que acaba por ter certeza ao ouvir o final da conversa entre o monge e o rapaz.

Tempos depois, torna encontrar Eduardo que o procurava, mais desesperado ainda, porque, de volta à casa paterna levando uma carta do monge, não obtivera sucesso em sua conversa com o pai. Convida, então, o rapaz para ir aos Prazeres, por se ter comprometido de lá voltar para ouvir do Narrador Misterioso a restante história de guerra contra os holandeses. Dirigindo-se à hospedaria, onde já o esperavam Eduardo e o amigo que fora seu anfitrião em Olinda, é surpreendido pela notícia de que o pai do rapaz, acompanhado do de Efigênia e dela própria, também lá estavam. É então que o Narrador-personagem, usando de toda a argumentação possível obtém do pai de Eduardo a permissão para que este case com Efigênia, coroando não só o sonho de amor do casal, mas também reparando a desonra a que o rapaz levou a moça.

Considerações finais

Um fato que muito dificulta a leitura do texto de Abreu e Castro é a nacionalidade dos narradores, para o que, de certa forma, se chamou a atenção acima. Tal dificuldade se dá principalmente quando o Narrador Misterioso conta a luta contra os holandeses. O fato de ser o Brasil colônia de Portugal faz que chame Portugal “Mãe-Pátria” e “nossos” todos aqueles que lutam contra a Holanda.

O capítulo “O Baile” é um bom exemplo de que também a dificuldade de identificar a nacionalidade ocorre com relação ao Narrador-personagem: quando ele cede o seu lugar a uma dama, sai para tomar fresco na ante-sala e encontra um conhecido, diz a este: “— Vendo o luzimento, o bom gosto e a riqueza d’esta reunião, estava meditando no progresso, em que vai a sua terra” (CASTRO, 1980, v. 1, p. 42). Tal significa que o Narrador 1, narrador-personagem, não é pernambucano, ideia reforçada pela admiração que manifesta ao descrever a paisagem que encontra ao subir até a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Aliás,

o autor identifica-se com esse Narrador-personagem e lhe imprime a nacionalidade portuguesa, quando, no capítulo “A Saudade”, escreve:

Saudade, nome melodioso e suave, mas enternecedor! vocábulo sem par! que inveja fazes a tantos povos; os quaes porque não te sentiram, não te souberam exprimir!... Ditosa língua que tal expressão possues! e ditoa terra qe tal língua tens!... Ditosa!!! Ah! Patria minha! Tu o foste! Mas avesso destino te perseguiu!...Terrível génio te invejou a sorte! furias infernais se soltaram em ti! [...] Ah Patria querida! aceita ca de longe o suspiro da mais viva saudade que te envia o desterrado filho teu [...] Foi em ti que passei a primavera da vida que tão rapida se esvaece, que mal se sente Veiu apoz a estiva quadra que apenas toquei e não pude gozar no solo teu! Malfadada sorte me afugentou de ti, e ca de tão longe ouço os teus gemidos, que estalar de dor me fazem o coração!... (CASTRO, 1980, v. 2, p. 112).

E assinala essa Pátria pela sua flora (junquinhos, açucenas, lírios, boninas, violetas, jacintos), pela filomela, pelos belos dias de abril.

Apesar da difícil identificação da nacionalidade dos narradores, só resolvida no penúltimo capítulo do livro com relação ao Narrador 1 (narrador-personagem), Abreu e Castro cumpre o que promete no título e subtítulo de seu livro: mostrar a razão de um templo em honra da Virgem dos Prazeres; escrever um romance em que se narra um trecho da História luso-brasileira; exercer a crítica de costumes e pregar a moral. E, se foge do que o romance histórico costuma apresentar, ao inserir nele uma história de amor cujas personagens não participam da História e vivem noutro tempo, situa o principal de sua narrativa no que seria uma espécie de Idade Média brasileira, uma vez que portugueses e brasileiros, brancos, índios e negros unem-se contra um inimigo comum.

Referências

- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Livro de Baptizados, Recebimentos e Defuntos da Freguesia de Nogueira do Cravo, fl.18.
- CASTRO, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e. *Nossa Senhora dos Guararapes*. Romance histórico, descritivo, moral e crítico. Prefácio de José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. 2 v. (reprodução facsimilar do exemplar de 1847 existente na Biblioteca Nacional).
- HERCULANO, Alexandre. A Velhice. In: *Panorama*, n. 170, 1 ago. 1840, p. 243.
- MARINHO, Maria de Fátima. O romance histórico de Alexandre Herculano. Separata da *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, 2º série, 9, Porto, s.n., 1992, p. 97-117.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MARINHO, Maria de Fátima. Romance histórico. In: *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. Disponível em: <http://dichp.bnportugal.pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

RIBEIRO, Maria Aparecida.

MOLINO, Jean. Qu'est-ce que le Roman Historique? *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, n. 2-3, mar./jun. 1975.

VICENTE, Pe. José (Gil Duarte). *Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, Fundador de Moçâmedes*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959. (Col. Figuras e Feitos de Além-Mar, nº 8).

Recebido em: 12/12/2022; **Aceito em:** 12/12/2022